

MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Andressa Brenner Fernandes¹

Ana Paula Correa²

Amanda Scherer³

Resumo:

Neste estudo, falaremos sobre a ditadura, sobre a prisão e sobre a tortura. Falaremos, pois acreditamos que a retomada desse momento histórico, dessa memória, se faz necessária diante da conjuntura que estamos vivendo, das condições de produção em que estamos inseridos nesse presente, no Brasil: um país à beira, se não já, do sombrio (da repressão/da obrigação/da coerção/da submissão/da falta de direitos/do silenciamento/da censura), da década de 60. Um país constituído por sujeitos que pedem a volta do ano de 64. Sendo assim, para retomarmos esse período, essa memória, enquanto um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas de conflitos de regularização, de desdobramentos, de réplicas, de polêmicas, e de contra- discursos (PÊCHEUX, 1999), analisaremos recortes de alguns depoimentos presentes no livro Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino - o qual traz dizeres de mulheres que foram presas durante o período ditatorial - a fim de refletirmos sobre a questão da memória e observarmos as posições-sujeito assumidas pelas mulheres enquanto presas políticas. Para tanto, ancoraremos nossa análise nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux na França e desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres; Resistência; Ditadura

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

¹ Aluno de pós-graduação. andressabfernandes93@gmail.com. Autor principal

² aluna pós-graduação. anapaulaalvescorrea@gmail.com. Co-autor

³ Docente. amanda.scherer@gmail.com. Orientador

MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Neste estudo, temos como objetivo trazer uma reflexão sobre o corpo feminino torturado durante o período da ditadura militar brasileira. Para tanto, ancorados na perspectiva teórica e metodológica da Análise de Discurso (AD), elegemos como objeto de estudo o livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, que traz depoimentos de mulheres vítimas de tal período. Particularmente, trabalharemos com um recorte do depoimento de Rose Nogueira.

Aportados na AD, tomamos o corpo enquanto simbólico-político, investido de sentidos na formação social, quer dizer, concebemos que na constituição do corpo há as condições sócio-históricas e também as simbólicas (ORLANDI, 2017). Dessa maneira, dizemos que se a língua falha o corpo também falha. Falha porque a falta é um elo que nos prende à psicanálise, na medida em que onde existe falta, existe desejo, onde existe desejo, existe inconsciente, onde existe inconsciente, existe sujeito, e onde existe sujeito, existe um corpo que fala e que, ao assim fazer, falha, pois tudo não se pode dizer e tudo não se pode ser (FERREIRA, 2013).

Desse modo, para nós, o corpo está relacionado a formas de assujeitamento. E, “mais do que objeto teórico, [ele] comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas condições de produção, sua historicidade” (FERREIRA, 2013, p. 105). Nessa direção, compreendemos que se há o real da língua, da história e do inconsciente, há o real do corpo (FERREIRA, 2013), através do qual o sujeito se inscreve na ordem do impossível. Por essa entrada, olhamos então para o corpo como objeto discursivo. Como corpo que fala. Corpo que falta. Corpo que falha.

3 RESULTADOS, DISCUSSÃO e CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres, filiadas ao movimento de resistência, eram vistas, como expõe Colling (1997, p. 37): “demônios corporificados em Eva, que levaram o primeiro homem ao pecado, portanto desviantes e corrompedoras, sexuadas e sedutoras”. Por fazerem parte desse modelo, e não do: “anjos corporificados em Maria, puras e santas, [...] mulheres tradicionais, mães assexuadas, restritas ao mundo privado do lar” (COLLING, 1997, p. 37), que elas eram submetidas ao sofrimento, o qual recaía sobre seus corpos.

Há um imaginário de mulher, construído historicamente, ligado ao ser mãe, esposa e do lar. Ao nos voltarmos para o verbete mulher, quando relacionado à cidade, na Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI), temos a seguinte definição: “imagem de uma mulher perniciososa, que é desprestigiada socialmente”. Por essa acepção, notamos que a mulher, quando ocupa o espaço público, tem uma imagem negativa de desprestígio social. E isso está ligado ao fato de que, estando nesse espaço, ela estaria contribuindo para uma “desconstrução” da ordem familiar.

Com esse imaginário, no entanto, as mulheres militantes não se identificavam. Embora algumas fossem mães e tivessem marido, não pertenciam ao lar/ao espaço privado. Elas, ousando se revoltar, participavam de movimentos contra a opressão do Estado. Elas eram da rua. Devido a isso, representavam a subversão, o desvio. E deviam ser controladas, reprimidas, enquadradas, torturadas fisicamente. Segundo Sapriza (2009), a tortura do corpo feminino, nessa época, era configurada em uma relação de poder, funcionando como um jogo

em que a violência do corpo era praticada como a busca pela “conquista de um troféu”, no caso o de ter o poder de fazer com que as mulheres militantes demonstrassem submissão e delatassem seus companheiros. O torturador mostrava sua força através da ação de causar dor: “os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios –, ligados à identidade feminina como objeto sexual, como esposas e como mães, [eram] claros objetos de tortura” (SAPRIZA, 2009, p. 74). Contudo, mesmo nessa circunstância, as mulheres militantes não falavam o que queria o torturador. Elas silenciavam. Seus corpos femininos iam contra os pré-construídos. Seus corpos resistiam, permanecendo enclausurados, presos políticos, e submetidos ao suplício.

Ao observarmos o depoimento de Nogueira, vemos essa relação do corpo feminino, da tortura e da resistência. Em nossa primeira incursão, temos o seguinte recorte:

“Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutro dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca”, disse ele. Um outro: ‘Só pode ser uma vaca terrorista’. Mostrou uma página de jornal com a matéria sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido. Picou a página do jornal e atirou em mim. Segurei os seios, o leite escorreu. Ele ficou olhando um momento e fechou o vestido. Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado [...] Esse foi o começo da pior parte. Passaram a ameaçar buscar meu filho. ‘Vamos quebrar a perna’, dizia um. ‘Queimar com cigarro’, dizia outro ” (NOGUEIRA, 2010, p. 45).

Nesse recorte, percebemos que através do uso de certas nomeações pela militante, como seio e leite, há a presença em seu dizer de saberes relativos à maternidade. Fazia pouco tempo que ela tinha concebido sua criança. E seu corpo, agora desenhado e significado pelo ser mãe, corpo magro e com seios repletos de leite – leite que escorria na medida em que ela se tocava - era objeto de sua tortura física e psicológica. Seu corpo era predicado como corpo de vaca. Sendo ela uma vaca. Vaca terrorista. O que resulta na ideia de que ser mãe militante é ser vaca. Ser animal. Não ser humano. É estar fora, é ser falha, ser ruptura com um imaginário que é produto de uma sociedade masculina.

Por não ser troféu e não ser humana, o torturador a abusa e agride, com beliscões nas nádegas e nas costas, depois, com nudez, levantando seu vestido. Nessas condições, concebemos que o corpo no feminino servia também para mostrar o poder do torturador: nada poderia ser escondido dele. Com o corpo nu temos a ideia de que as mulheres era mostrado o quão propriedade do Estado eram.

Nesse sentido, observamos que a tortura está relacionada com a condição de ser mãe militante, já que essa condição distancia Nogueira do papel feminino tradicional estabelecido socialmente. Ao invés de estar em casa, ela estava na rua, lutando por liberdade e democracia, o que a caracterizava como subversiva, terrorista, vaca, animal. Ou seja, para nós essa tortura é vista como de gênero, à proporção que é sustentada pelo imaginário sobre a mulher mãe, no qual seu lugar primordial é a casa e seu espaço fundante é o da família (MAGALHÃES, 2005).

Para a repressão e seus agentes masculinos fiéis a performances de gênero, estar fora do lugar “tradicional” de uma mulher atribuía às militantes um papel transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente) (ROSA, 2013). Por ocuparem esse outro lugar, elas deviam ser submetidas ao sofrimento. Afinal, como dizem os amadores de fórmulas simples: “a mulher? [...] é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la” (BEAUVOIR, 1970, p. 25). À mulher era destinado o lar e o gerar filhos. E sabemos que ainda é. Fato que nos leva a

compreender que os sentidos nunca são novos, que fazem parte do já dito, do já posto, que funcionam no interdiscurso.

Além disso, a militante era submetida à humilhação, sua humilhação. Ansart (2005), a respeito da humilhação, afirma que ela vem a construir a docilidade em resposta a estímulos do ator que a promove. A docilidade é compreendida pelo autor como uma mecanicidade dos corpos, o que indica a simples repetição de padrões comportamentais pelos sujeitos. O torturador objetiva destituir o torturado da posição de resistência, a partir do uso de seu poder. Contudo, a militante, mesmo tendo seu corpo supliciado e seu filho ameaçado, continua a resistir, não dando ao torturador a delação esperada. Ela vai contra a humilhação. Enfrenta, aguenta, não entrega. Pelo seu corpo fala silenciando, fazendo emergir outros sentidos que não estão em circulação no espaço “tradicional” direcionado ao feminino.

Por fim, acreditamos que pensar nessa violência implica entender e denunciar os mecanismos de poder patriarcais que operavam através da tortura de corpos. Corpos controlados pelo poder dos torturadores, os quais subordinavam e oprimiam, explorando a sexualidade e a maternidade, num sistema que institucionalizava tais ações físicas e simbólicas contra o corpo feminino (TEGA, 2015).

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- FERREIRA, Maria Leandro. O copo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- MAGALHÃES, Belmira. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna (org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: Edufal, 2005.
- NOGUEIRA, Rose. Testemunho. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs.). **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- ORLANDI, E. P. **Eu, Tu, Ele**. Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SAPRIZA, Graciela. Memória y memórias de mujeres em el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violência/carcel/exílio. In: **Rivista telemática di studi sulla memoria femminile**, n.11, 2009.

TEGA, Danielle. **Tramas na memória:** um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Campinas, SP: [s.n], 2015.